

Economia desestabilizada

Décio Garcia Munhoz

A despeito de todas as dificuldades que o Brasil tem enfrentado nos anos 80, um exame mais detido sobre a natureza dos problemas, e da capacidade do País em superá-los, revelava até recentemente um quadro otimista: o desequilíbrio inflacionário não decorre de fenômenos externos, ou fora de controle, tratando-se de mero reflexo dos descaminhos da política monetária, elevando os custos financeiros das empresas, e assim requerendo uma alta taxa de inflação para processar-se de forma perversa o ajuste distributivo em desfavor dos assalariados e outros grupos frágeis no jogo do mercado; a crise do endividamento externo praticamente foi superada pelo País, desde o momento em que, deslocando-se de economia primário-exportadora para exportadora majoritária de produtos manufaturados, ingressou com firmeza na faixa dinâmica do comércio internacional; a despeito do emagrecimento dos salários reais, a mobilização sindical e a participação ativa das correntes políticas progressistas têm impedido que uma cúpula tecnocrática despreparada e comprometida com esquemas de auto-sustentação política repita no Brasil o massacre salarial da Argentina e México, preservando desse modo condições de demanda interna que viabilizem um mínimo de investimentos industriais.

A situação do País era potencialmente boa, o futuro Governo não teria maiores dificuldades de sepultar o monetarismo irresponsável e reorganizar a economia e o País; o que aliás, é surpreendente se levar-se em conta que o atual Governo não tem política econômica — e nem mesmo um diagnóstico com um mínimo de consistência — e algumas autoridades da área satisfazem-se com discursos ideológicos do tipo "o governo atrapalha", vazio de conteúdo e dirigido às elites que respondem pelo esquema de sustentação política.

Hoje, todavia, o quadro se alterou e é altamente preocupante. Isso em razão das tensões ou indecisões mais recentes na área econômica, num processo que passa pela imobilização do Presidente, com reflexos previsíveis que poderão ser altamente desastrosos, comprometendo de antemão o futuro Governo, tal a dose de insensatez. É o que se procura comentar a seguir.

A elevação brutal das taxas de juros — absolutamente injustificável — vem custando ao Tesouro muito mais daquilo que se arrecada. Apenas nos três últimos meses o custo chegou a US\$ 15,0 bilhões, ou metade das receitas anuais do Tesouro, representando valor igual ao custo de Itaipu, ou seis ferrovias Norte-Sul, ou duas vezes os custos dos metrôs do Rio e São Paulo. Três meses de especulação financeira promovida e sustentada pelo Banco Central/Tesouro dariam para construir 1,5 milhão de casas populares no País.

A elevação dos encargos financeiros das empresas força os custos, eleva os preços, pressiona ainda mais a inflação. E provoca hoje um aumento de preços da ordem de 60%, na porta da fábrica, para que o comerciante possa pagar suas compras em 30 dias da entrega dos bens.

Enquanto a especulação financeira pressiona a inflação, as estatais, com preços fixados artificialmente, perdem a capacidade de investir, comprometendo o crescimento da economia, além do risco de total desarticulação das empresas.

A despeito de o País fazer receitas em dólares que permitem o pagamento dos juros da dívida externa, o Governo, que tudo pagou até agora, suspendeu o resgate de uma parcela residual de US\$ 1,6 bilhão, criando artificialmente uma situação de conflito com os credores, enquanto o encaminha-

mento da questão a esta altura deveria ser preservada ao futuro Governo.

O atraso na correção cambial vem valorizando a moeda brasileira, desestimulando as exportações e pressionando as importações, com perdas líquidas que poderão criar uma situação de crise cambial, com desarticulação do setor exportador, sob o risco de retornar à condição de economia primário-exportadora — a mais terrível das hipóteses.

A não liberação de recursos para o financiamento agrícola — a despeito de o Banco Central ter colocado à disposição do Tesouro algo como US\$ 16 bilhões no primeiro semestre, de valores que anteriormente à unificação orçamentária se destinavam à agricultura — pode provocar redução das safras e crises de abastecimento, com pressões inflacionárias adicionais e tensões sociais; constitui, pois, um crime o desvio de recursos da agricultura para resgatar títulos públicos emitidos para o pagamento de juros gerados pela especulação desenfreada que o Governo promove no mercado financeiro.

Os vários aspectos analisados evidenciam com clareza que determinados gestores da economia preparam para o futuro governo uma bomba de efeito retardado. E, além de tudo, incharam o orçamento de US\$ 30 bilhões para US\$ 300 bilhões, reservaram uma verba de US\$ 30 bilhões para os juros da especulação financeira de 1990 (valor igual às receitas fiscais) e passaram a tesoura demagogicamente em pequenas verbas com destinação social. É o preço da ditadura da tecnocracia. É o espelho de um sistema onde Congresso e presidente da República foram transformados em meros coadjuvantes de um melancólico espetáculo.

Décio Garcia Munhoz é professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)